


PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE PORTUGUÊS
LÍNGUA NÃO-MATERNA (PLNM)
Universidade Internacional de Lisboa
Centro de Estudos Multiculturais

GEORGIANA CONSTANTINA BĂRBULESCU

**O ENSINO DO PORTUGUÊS
COMO
LÍNGUA ESTRANGEIRA
PARA
ALUNOS DE LÍNGUA ROMENA
EM
PORTUGAL**



Julho de 2005
Lisboa

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

1. A realidade multicultural no Portugal de hoje	3
2. A importância do domínio da Língua Portuguesa como língua de acolhimento	3
3. Políticas linguísticas europeias e portuguesas	4

II. ENSINO DO PORTUGUÊS PARA ALUNOS IMIGRANTES DE LÍNGUA ROMENA

1. Quadro normativo	5
2. Projecto „PROFESSOR ASSISTENTE DA LÍNGUA MATERNA PARA OS ALUNOS DE LÍNGUA ROMENA”	
2.1 Apresentação do projecto	6
2.2 Fins e ganhos	7
2.3 Avaliação inicial dos alunos	8
– DIAGNÓSTICO DO ALUNO	
A) Chestionar/ <i>Questionário</i>	9
B) Test predictiv de limbã portughezã/ <i>Teste inicial de Língua Portuguesa</i>	10
C) Interpretação dos resultados	10

III. CONCLUSÃO

11

IV. BIBLIOGRAFIA

12

I. INTRODUÇÃO

1. A realidade multicultural no Portugal de hoje

Uma nova realidade está a surgir de norte a sul de Portugal. Em consequência do aumento do fenómeno da imigração e do reagrupamento familiar, milhares de crianças e jovens estão a ser integradas nas escolas, em todos os níveis de ensino, sem saberem uma única palavra de português. Os dados a nível nacional desta realidade são ainda muito escassos.

Um relatório da Rede Eurydice – UE (Setembro de 2004), sobre a população imigrante estudantil em 30 países da Europa, apontava para a existência em Portugal de um total de 89.540 crianças, jovens e adultos imigrantes no sistema de ensino (os dados reportam-se a 2000). O 1.º ciclo registava 36.730 alunos, o 2.º ciclo 14.056 e o 3.º ciclo do Ensino Básico contava com 19 065 imigrantes. No ensino recorrente (nocturno) os número de alunos era pouco significativo. O 1.º ciclo regista 2.839 imigrantes, 2.º ciclo 1.503 e 3.º ciclo 4.232 imigrantes. O 1.º ciclo é muito procurado pelos imigrantes da Roménia, enquanto que os níveis superiores são mais frequentados por imigrantes de Angola e Cabo Verde.

No conjunto, os angolanos registavam o maior número de estudantes (14.081), seguidos dos caboverdianos (12.501), romenos (8.784), guineenses (4.507), brasileiros (3.057). Os alunos imigrantes oriundos de países da UE eram 12.563.

Estes valores, em relação aos imigrantes do leste da Europa (romenos, moldavos, ucranianos, russos) e aos brasileiros deverão estar hoje muito aquém da realidade, dada o forte crescimento que estes grupos nacionais registaram desde 2001.

2. A importância do domínio da Língua Portuguesa como língua de acolhimento

A sociedade multicultural de hoje coloca novos desafios ao dia-a-dia das escolas. Cada vez mais as salas de aula são o local de encontro de crianças das mais variadas origens: do bairro vizinho à cidade distante de um outro continente. Crianças e jovens de diferentes estratos sociais, de várias culturas, falando uma outra língua ou diferentes registos da mesma, como por exemplo os romenos e os moldavos.

Vêm de outros sistemas de ensino. São filhos de estrangeiros ou de emigrantes portugueses regressados. Integram as escolas portuguesas mediante processos de equivalências de habilitações. O pior vem depois. Inscrito num ano de escolaridade específico, sentado ao lado dos seus colegas portugueses, o jovem estudante do Leste, por exemplo romeno ou moldavo, arrisca-se a passar o ano incomunicável. A escola nem sempre está preparada para lidar com tais alunos.

Perante tais dificuldades muitos pais destes alunos acabam por aceitar, de forma resignada, o insucesso escolar dos seus filhos, muitos dos quais excelentes alunos nos seus países de origem.

Aliás, o desconhecimento da língua do país de acolhimento constitui um dos maiores problemas dos imigrantes em qualquer parte do mundo. Quando não a conhecem ficam numa situação particularmente vulnerável. Obter as coisas mais simples torna-se frequentemente um pesadelo, pois redes de mafiosos exploram de todas as formas estas dificuldades de comunicação dos imigrantes. É por isso que procuram desesperadamente encontrar outros compatriotas que os possam ajudar a sobreviver num meio que nem sempre é hospitaleiro.

Por outro lado, o desconhecimento a língua do país de acolhimento não permite a comunicação entre os imigrantes e os cidadãos do país de acolhimento, o que poderia explicar algumas opiniões dos portugueses sobre aqueles. Por exemplo, numa sondagem realizada em 2002 e em 2004 (vd. bibliografia), 75% da população portuguesa considerou os imigrantes brasileiros e africanos de expressão portuguesa alegres e bem dispostos, contra 23% que considerou o mesmo em relação aos europeus de leste. A maioria também considerou que os brasileiros e os africanos de expressão portuguesa são simpáticos e de trato fácil (63%), enquanto que apenas 35% disse o mesmo sobre os europeus de leste. Não será uma causa desta situação o facto de os brasileiros e os africanos de expressão portuguesa falarem a língua portuguesa e os europeus de leste a falarem pouco ou mesmo nada, daí resultando toda uma dificuldade de comunicação e, por conseguinte, de mútuo conhecimento?

3. Políticas linguísticas europeias e portuguesas

O Conselho da Europa tem como primeiro objectivo promover e garantir a dignidade dos cidadãos através do respeito pelos seus valores fundamentais: democracia e direitos humanos. Pretende ainda chamar a atenção para a diversidade e identidade culturais e promover o entendimento entre povos. Neste contexto, nos últimos anos, tem desenvolvido uma série de actividades relacionadas com políticas linguísticas e a aprendizagem das línguas.

A política educativa no campo das línguas deveria facilitar a livre circulação na Europa, aumentar o conhecimento e a compreensão mútuas entre os povos da Europa, combater e/ou evitar preconceitos e intolerância perante outras culturas e falantes de diferentes línguas. Daí decorre um leque de objectivos ligados à educação (desenvolvimento curricular, métodos, investigação, políticas educativas, etc.)

É assim que, desde 1995, têm vindo a ser preparados dois documentos de importância fundamental neste domínio: o QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA e o PORTFOLIO EUROPEU DE LÍNGUAS, documentos que mereceram pareceres favoráveis por parte dos diferentes países membros consultados pelo Conselho da Europa, entre os quais Portugal, que tem prevista a elaboração de um Portfolio para ser utilizado, em Portugal, por estrangeiros aqui residentes.

Em 1992, em Cambridge, foi criada a ALTE (Association of Language Testers in Europe), com os objectivos de estabelecer níveis comuns de conhecimento das línguas, estabelecer padrões comuns para o processo de avaliação das línguas e colaborar em projectos conjuntos e na troca de ideias e saberes.

A Universidade de Lisboa faz parte da ALTE e tem um Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE) que, periodicamente, organiza exames concluídos com diplomas de Português Língua Estrangeira de vários níveis de conhecimento, em concordância com os níveis estabelecidos pela ALTE.

Por outro lado, Portugal tem várias instituições ligadas ao ensino do Português como língua estrangeira. No estrangeiro, o maior papel cabe ao Instituto Camões. E há ainda o Instituto Português do Oriente (IPOR). Além disso, o Ministério da Educação também pode colocar professores de português nos países com que tem acordos de intercâmbio de professores.

Em Portugal, as associações dos imigrantes podem proporcionar cursos de português.

O Alto Comissariado para Imigrantes e Minorias Étnicas (ACIME), por sua vez, organiza cursos de português para imigrantes.

Também o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem vindo a implementar medidas e acções de formação, no âmbito de um programa chamado „Portugal Acolhe”, com o objectivo de proporcionar aos cidadãos estrangeiros o acesso a um conjunto de conhecimentos, que envolvem a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa, como instrumento de plena integração na sociedade portuguesa.

E há ainda várias instituições particulares que organizam cursos de português para estrangeiros.

Os estrangeiros que aprendem português de uma forma ou outra, têm a possibilidade de fazer exames para obter certificados/diplomas de português língua estrangeira no âmbito do CAPLE.

II. ENSINO DO PORTUGUÊS PARA IMIGRANTES

A aprendizagem do português no seu nível mais elementar constitui um imprescindível instrumento de sobrevivência para os imigrantes. No entanto, a maioria destes, quando o consegue obter, acaba por abandonar os estudos, devido à imperiosa necessidade de procurar outros recursos para poder sobreviver. Esta situação, muito generalizada entre os imigrantes do leste da Europa, acaba por lhes dificultar posteriormente a sua inserção no mercado de trabalho mais qualificado.

Na ausência de escolas específicas para alunos estrangeiros em Portugal (nomeadamente para os mais carenciados), dedicadas no ensino intensivo da língua e cultura portuguesa, ou da instituição de um „ano zero” à entrada do sistema (exclusivamente dedicado à aprendizagem do Português), é às escolas que cabe a tarefa de tentar integrar, de forma mais ou menos improvisada, os alunos que não falam português. Mas trata-se de uma tarefa muito difícil, em primeiro lugar porque, na maioria das vezes, os professores que se empenham em tal tarefa não conhecem a língua materna dos alunos e assim não têm hipótese alguma de comunicar com estes.

Algumas escolas públicas e diversas instituições têm despertado para este problema do ensino do português para estrangeiros, promovendo centenas de cursos gratuitos. A esmagadora maioria destas entidades está bem ciente de que o ensino do português pode ser um poderoso meio no combate à exclusão social e às redes mafiosas que exploram os imigrantes. Os apoios oficiais para a realização destes cursos continuam, porém, a ser muito diminutos, não permitindo estruturar, neste domínio, um verdadeiro sistema de apoio linguístico. Por outro lado, continua a ser muito deficitário o apoio prestado nas escolas aos filhos dos imigrantes.

1. Quadro normativo

Em princípio, esta situação não deveria estar a ocorrer, pois quer a legislação europeia, quer a portuguesa consagram o direito ao ensino dos alunos estrangeiros filhos de imigrantes.

No artigo 30º da Convenção dos Direitos da Criança estipula-se que „as crianças têm o direito, se fazem parte de um grupo minoritário, de praticar a sua cultura, a sua religião e a sua língua”, o que cria o quadro para um ensino bilingue/ bicultural.

As alíneas i) e j) do número 2 do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa estipulam que, na realização da política de ensino, incumbe ao Estado assegurar aos filhos dos imigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa, bem como o apoio adequado para a efectivação do direito ao ensino.

Em 1991, com o Despacho Normativo n.º 63/91, é criado o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, para garantir os direitos das minorias étnicas no sistema educativo português, organismo que foi, posteriormente, substituído pelo Secretariado Entreculturas, instituído pelo Despacho Normativo n.º 5/2001.

O Despacho n.º 170/ME/93 criou o Projecto de Educação Intercultural por um período de dois anos para um grupo de escolas; o Despacho n.º 78/ME/95 reformula a rede de escolas abrangidas e coloca a possibilidade de o projecto ser alargado a todo o sistema educativo, passando a designar-se por segunda fase do Projecto de Educação Intercultural, tendo este como objectivo, entre outros, proporcionar um melhor acolhimento dos alunos de origem estrangeira.

A norma do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro consagra o dever por parte das escolas de proporcionar actividades curriculares específicas com vista à aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

Na sua edição de 6 de Janeiro de 2004, o PÚBLICO publicava uma extensa notícia dando conta da decisão do Ministério da Educação em alargar, aos filhos de imigrantes do Leste, os benefícios que, em matéria de acção social escolar (alimentação, transportes, manuais e outro material escolar) usufruem os estudantes nacionais, bem como os da União Europeia e dos países de expressão portuguesa.

No jornal „A Página” de Abril de 2005, Célia Pinho, responsável da DREN para a Língua Portuguesa, adiantava que a implementação nos currículos nacionais da disciplina de Português como língua estrangeira, é uma das medidas que está a ser estudada por um grupo de trabalho a nível do Ministério da Educação.

2. Projecto „PROFESSORA ASSISTENTE DA LÍNGUA MATERNA PARA OS ALUNOS DE LÍNGUA ROMENA”

Para além do „ano zero”, outra solução para uma melhor integração do aluno estrangeiro no sistema de ensino e na sociedade portuguesas seria a existência de um Professor Assistente da Língua Materna do Aluno Estrangeiro, figura que construí como núcleo de um projecto que destinei aos alunos de língua romena (romenos e moldavos) das escolas portuguesas.

2.1. Apresentação do projecto

O projecto que elaborei enquadra-se perfeitamente no conceito de educação multi-intercultural (neste caso bi-intercultural, nomeadamente, português/romeno e português/moldavo) que se impõe cada vez mais, dada a realidade multicultural no Portugal de hoje.

Pretende proporcionar aos alunos uma formação no domínio da língua e cultura portuguesas, paralelamente com uma formação no domínio da língua romena e da cultura romena/moldava. Desta maneira, os alunos poderão integrar-se melhor na escola e na sociedade portuguesas, mas ao mesmo tempo ficarão em contacto com a língua e a cultura do país de origem, e, mais do que isto, poderão ampliar os conhecimentos já adquiridos nestes domínios, de modo a poderem reintegrar-se plenamente na sociedade romena/ moldava caso/quando regressarem.

Para além da formação linguística e cultural mista, o projecto pretende oferecer aos alunos apoio às várias disciplinas curriculares, no sentido de superar obstáculos que surjam devido ao pouco conhecimento da língua portuguesa.

O projecto pretende também proporcionar apoio aos professores, no sentido de resolver os problemas de comunicação com esses alunos, tornando-os mutuamente mais acessíveis. E oferece ainda a possibilidade de conhecer a cultura romena/ moldava, bem como de aprender a língua romena, caso haja pessoas interessadas entre os professores e os funcionários, como forma de estes chegarem mais perto daquelas crianças à partida totalmente desconhecidas.

Desta maneira realizar-se-ia um intercâmbio perfeito entre as culturas portuguesa e romena/ moldava.

Finalmente, o terceiro objectivo do projecto é formar futuros monitores/assistentes/formadores, para que estes continuem este processo de preparação bi-intercultural e apoio linguístico, tendo em vista que, com o alargamento da União Europeia previsto para 2007, a Roménia tornar-se-á Estado-Membro, o que terá como consequência um aumento do fenómeno da imigração de origem romena.

A materialização do projecto terá como início uma avaliação dos alunos, que dará ao professor assistente a possibilidade de perceber quais as características e dificuldades específicas de cada um dos alunos na sua integração na vida escolar e social e actuar da maneira mais adequada à situação encontrada.

No que diz respeito à formação linguística, são previstas aulas de gramática portuguesa e romena, de fraseologia e de técnicas de tradução – aulas essas organizadas tendo em conta os objectivos de cada nível de conhecimento da língua estabelecidos pela ALTE e a estrutura dos exames do CAPLE, bem como as necessidades imediatas dos alunos, e partindo, sempre que possível, de materiais didácticos atractivos, tais como: filmes, documentários, canções, provérbios, adivinhas, bandas desenhadas, histórias e lendas, etc.

No domínio da formação cultural, prevê-se uma abordagem dos aspectos essenciais da Literatura, História, Geografia, Música, Artes, Instituições, Tradições e Costumes de Portugal, bem como da Roménia e da Moldávia.

Na prática, porém, estes dois domínios de formação, o linguístico e o cultural, não devem ser estanques. O ideal acontece quando o aluno estrangeiro aprende também cultura através da língua e também língua através da cultura.

2.2. Fins e ganhos

1. Maior e melhor integração dos alunos romenos e moldavos na escola e na sociedade portuguesa, através de um domínio seguro da Língua e Cultura portuguesas:

- Aprendizagem sólida e organizada da Língua portuguesa, começando pelas bases gramaticais que não podem ser fornecidas pelos professores das outras disciplinas, nem mesmo pelos professores de Português (os quais seguem, como é óbvio, outros níveis de exigência linguística com os alunos portugueses da mesma idade), e nem tão pouco podem ser correctamente adquiridas de forma espontânea pelo aluno. Por outro lado, quando se trata de alunos romenos ou moldavos recém-chegados (portanto, sem nenhum conhecimento de Português), nem sequer é possível aos professores portugueses estabelecer qualquer tipo de comunicação com eles, a não ser por intermédio de uma terceira língua, o que não resolve nada no que diz respeito às dificuldades de expressão e integração do aluno nem os ajuda a aprender, de forma organizada e consolidada, a Língua portuguesa.

Somente com uma tal aprendizagem especial de base estes alunos terão condições para aprofundar com segurança os seus conhecimentos de Língua portuguesa e, a médio prazo, ficar totalmente a par dos seus colegas portugueses no regime normal escolar. E é nisto que está a essência da perfeita integração na escola.

- Aprendizagem sobre vários aspectos da Cultura portuguesa, contribuindo para uma melhor compreensão do país e da sociedade e, conseqüentemente, para uma melhor socialização e mobilidade social.

2. Vantagens de a formação e assistência serem dados por um professor de língua romena:

- O facto de ele perceber mais rápida e facilmente as dificuldades linguísticas dos alunos, por referência à Língua romena (existem algumas dificuldades típicas – de natureza fonética, lexical e gramatical – que uma pessoa de língua romena apresenta quando aprende o Português e que só alguém que domine ambas as línguas pode entender e resolver perfeita e eficazmente).

- Os alunos ficarem mais à vontade para exprimir as suas dificuldades, tanto de natureza linguística como de natureza científica (relacionadas com as matérias das várias disciplinas curriculares), uma vez que poderão exprimi-las mesmo quando ainda não o conseguem fazer de forma totalmente inteligível em Português. Deste modo, os alunos não terão de “passar por cima” de dúvidas, que podem ser fundamentais para a construção sólida dos seus conhecimentos linguísticos e científicos, só por causa de um obstáculo intransponível de expressão.

- Possibilidade de haver um interface entre os professores e os alunos romenos e moldavos no sentido da sua melhor comunicação e total entendimento.

- Fomento do bilinguismo e do bi-interculturalismo.

Não deve haver desintegração com ignorância do país de acolhimento, mas nem integração com esquecimento do país de origem: a primeira revela o desperdício de uma grande oportunidade de enriquecimento cultural, enquanto que a segunda revela uma aculturação negativa, igualmente empobrecedora. A possibilidade de realizar estudos comparativos da Língua e Cultura portuguesa com a Língua romena e com a Cultura romena e moldava, contribuindo, deste modo, para o aprofundamento da cultura bilingue dos alunos (o que é muito mais proveitoso do que o mero conhecimento estanque de cada uma das línguas) é, por isso, essencial. Uma verdadeira cultura bilingue será sempre uma mais-valia a longo prazo.

- Contribuir para o entusiasmo e auto-confiança dos alunos, que poderão sentir, em vez do impacto brusco e, por vezes, violento da mudança (de país, de escola, de sociedade), a brandura de uma mudança na continuidade. O facto de continuarem a ter como referência um professor que fala a sua língua e que pode entendê-los perfeitamente, nos mais variados aspectos e situações, mesmo quando mais ninguém na escola os pode entender, vai fazer com que se sintam mais acompanhados e apoiados e vai torná-los mais seguros. Em suma, fará com que sintam que têm o seu lugar na escola e, por conseguinte, na sociedade – um lugar especial, cuidado e respeitado. Por outro lado, sentirão que a sua língua e a sua cultura natais são respeitadas na escola e na sociedade onde vivem, o que contribuirá para um perfeito equilíbrio da criança. O aluno que sente que a sua nacionalidade e língua são respeitadas integra-se melhor.

3. Resultados previstos da melhor integração na escola:

- Melhores resultados escolares.

Sabe-se que o sucesso escolar resulta da combinação de diversos factores e não apenas da inteligência natural do aluno, sobretudo quando se trata de uma criança chegada a um país estrangeiro. Aspectos como: a preparação linguística construída a partir das bases convenientes e necessárias para que possam vir a acompanhar verdadeiramente (e não apenas formalmente) o nível dos alunos portugueses; o entusiasmo proveniente da perfeita compreensão das várias matérias e do sentimento de que são respeitados como pessoas de uma língua e cultura diferentes, e a segurança de poderem ter como referência e ponto de apoio permanente um professor da sua língua natal constituem factores muito importantes e, na maioria das vezes, decisivos.

- Melhoria e aprofundamento das relações dentro do universo escolar, nomeadamente com os colegas, os professores, os funcionários e outras pessoas envolvidas na vida escolar.

4. Resultados previstos da melhor integração na sociedade:

- Prevenção de condutas revoltosas e anti-sociais, bem como de comportamentos desviantes e marginais.

- Melhor qualidade de vida

- no presente: maior contentamento, auto-confiança e equilíbrio da criança
- no futuro: melhores empregos

- Melhor contribuição, do ponto de vista qualitativo, destes futuros adultos para a sociedade, a cultura e a economia portuguesas.

5. Melhor integração social dos próprios pais desses alunos.

Sabe-se que existem dois grandes factores de integração dos imigrantes num país: por um lado, a obtenção de um emprego e, por outro lado, a boa integração dos filhos na escola e o seu sucesso escolar.

Uma conjuntura que combine estes dois factores proporcionará segurança e contentamento aos pais, bem como uma boa „saúde” familiar. E tudo isto, será, por sua vez, benéfico para a própria sociedade portuguesa, cada vez mais multicultural.

6. Vantagem em termos do retorno futuro dos imigrantes romenos e moldavos aos seus países de origem, conforme os seus projectos migratórios (que, na maioria das vezes, compreendem o retorno como própria finalidade da emigração).

O facto de, através deste projecto, as crianças filhas de imigrantes terem a possibilidade de continuar a ter, obrigatoria e oficialmente, referências linguísticas e culturais dos seus países de origem, fará com que elas nunca deixem de conhecer, valorizar e respeitar as suas raízes. Do mesmo modo, fará com que nunca sintam complexos de inferioridade perante a sociedade portuguesa ou de superioridade perante os próprios pais, tornando-se seres plenamente interculturais.

Sabe-se que, muitas vezes, a integração dos filhos no país acolhedor com quase total esquecimento e desprendimento por parte deles do país de origem, que, muitas vezes, mal conhecem, faz com que os pais abandonem os seus projectos de retorno, acabando por prolongar indefinidamente a sua estadia no país acolhedor contra aquilo que desejariam, só por causa dos filhos. A promoção de um verdadeiro bilinguismo e bi-interculturalismo entre estas crianças fará com que, num futuro, os pais imigrantes não sintam que estão a prejudicar os seus filhos ao retornarem aos seus países de origem, uma vez que estes poderão reintegrar-se facilmente quer do ponto de vista linguístico, quer do ponto de vista sócio-cultural (levando consigo toda uma experiência de emigração que, acima de tudo, deve ser muito enriquecedora).

2.3. Avaliação inicial dos alunos

A avaliação pode ser vista como a „bússola” do ensino, indicando rotas que podem levar os aprendentes a atingir o „porto” que procuram, ou seja, a adquirirem conhecimentos e aptidões, a desenvolverem capacidades e atitudes previamente definidas como desejáveis.

Na verdade, a função mais relevante da avaliação é a de diagnosticar dificuldades sentidas pelos alunos, podendo o professor seleccionar, dessa forma, as estratégias adequadas à resolução dos problemas identificados – com a condição de a avaliação ser correctamente conduzida e interpretada.

No ensino do português como língua estrangeira, usa-se muito a avaliação escrita de conhecimentos e aptidões através de testes, tipo de avaliação que incide sobre três grandes áreas de aprendizagem de uma língua: a compreensão da linguagem oral, a compreensão da linguagem escrita e a expressão escrita.

Num artigo sobre a avaliação, Lucie Carrilho Ribeiro chama a atenção para uma dificuldade na apresentação dos itens utilizados, nomeadamente, o facto de os itens aparecerem escritos somente em português. O ideal é, portanto, que certas frases sejam escritas na língua materna do respondente, seja ela qual for, ou então quer na língua materna, quer em português, sobretudo quando se trata de diagnosticar alunos com baixos níveis de conhecimento da língua portuguesa. Deste modo, evita-se a situação em que o aluno não responde ou responde incorrectamente por não entender as perguntas, apesar de ter os conhecimentos necessários para responder correctamente.

No sentido de evitar uma tal situação, concebi o teste de avaliação inicial dos alunos de língua romena com as perguntas tanto em romeno como em português.

DIAGNÓSTICO DO ALUNO

A) CHESTIONAR/ QUESTIONÁRIO

1. Numele si prenumele

Nome e apelidos

2. Vârsta (*Idade*)

3. Când ai venit în Portugalia? (*Quando chegaste a Portugal?*)

4. Studii în România (*Estudos na Roménia*)

5. Anul de studii în Portugalia (*Ano escolar em Portugal*)

6. Nivelul actual de cunoastere al limbii portugheze – părerea personală a elevului
(*Nível actual de conhecimento da língua portuguesa – opinião pessoal do aluno*)

Componenta <i>Componente</i>	INEXISTENT <i>(INEXISTENTE)</i>	RAU <i>(MAU)</i>	SATISFĂCĂTOR <i>(SATISFATÓRIO)</i>	BUN <i>(BOM)</i>	FOARTE BUN <i>(MUITO BOM)</i>
Intelegere orală <i>(Compreensão oral)</i>					
Exprimare orală <i>(Expressão oral)</i>					
Intelegere scrisă <i>(Compreensão escrita)</i>					
Exprimare scrisă <i>(Expressão escrita)</i>					

7. In ce scop doriti să învățati portugheza? (*Com que objectivo queres aprender a língua portuguesa?*)

- Să pot comunica cu colegii (*Para poder comunicar com os colegas*)
- Să pot comunica cu profesorii (*Para poder comunicar com os professores*)
- Să pot înțelege ceea ce mi se predă (*Para poder compreender as matérias dadas nas aulas*)
- Să pot studia acasă (*Para poder estudar em casa*)
- Să pot participa la ore (*Para poder participar nas aulas*)
- Să dau examen pentru atestat de limba portugheză (*Para fazer exames e adquirir certificados/diplomas de língua portuguesa*). Care? (*Qual?*)

CIPLE

DEPLE

DIPLE

DAPLE

DUPLÉ

B) TEST PREDICTIV DE LIMBĂ PORTUGHEZĂ/ TESTE INICIAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

Item 1

Componente a avaliar: compreensão oral

Răspunde, în limba română, la următoarele întrebări (expuse oral):

Responde, em romeno, às seguintes perguntas (expostas oralmente):

1. Como é que te chamas e qual a tua morada?
2. Qual é a disciplina que te dá mais problemas?
3. O que é que gostavas de estudar quando acabares o ensino secundário?

Item 2

Componente a avaliar: expressão escrita

Răspunde, în limba portugheză, cu fraze complete, la următoarele întrebări (expuse oral):

Responde, em português, com frases completas, às seguintes perguntas (expostas oralmente):

1. Cum se numesc mama ta și tatăl tău și unde locuiau în România?
(*Como se chamam a tua mãe e o teu pai e onde moravam na Roménia?*)
2. Ce îți place cel mai mult în Portugalia?
(*Do que mais gostas em Portugal?*)
3. Care sunt activitățile tale dintr-o zi de școală?
(*Quais são as tuas actividades num dia de escola?*)

Item 3

Componente a avaliar: competența scrisă

Scris următorul text (*escreve o texto seguinte*):

De manhã, a melhor hora na escola é a hora de recreio! Lá fora temos baloiços, barras para fazer exercícios e espaços para jogarmos à bola. Ninguém pára um instante! O recreio dura meia hora mas até parece que são só cinco minutos!

Item 4

Componente a avaliar: compreensão scrisă

Tradu în limba română (*traduz para romeno*):

Já estou a viver em Portugal. Já tenho casa e todas as coisas estão a correr bem. Foi um bocadinho difícil no princípio, mas agora começa a ser tudo mais simples. Na escola tenho colegas muito simpáticos. Os professores ajudam-me muito.

Item 5

Componente a avaliar: competența estrutural

Tradu în limba portugheză (*traduz para português*):

Am sosit în Portugalia de câteva luni. Am venit cu părintii mei. Nu stiam limba portugheză și îmi era greu să vorbesc cu colegii. Apoi am început să învăț. M-au ajutat și colegii și profesorii. Acum mă simt mult mai bine și îmi place să merg la școală.

C) INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Estabelecer o nível de conhecimento da língua portuguesa de cada aluno.
2. Estabelecer as dificuldades específicas de cada aluno.
3. Agrupar os alunos em função do nível de conhecimento da língua portuguesa e das suas dificuldades.
4. Estabelecer os objetivos, os conteúdos e as estratégias didáticas para cada grupo de alunos.

III. CONCLUSÃO

Procurei demonstrar a evidente actualidade do tema da interculturalidade no contexto da educação.

O mundo em que vivemos é cada vez mais complexo e multicultural. Um mundo em que as migrações são um fenómeno global, em que os grupos minoritários reclamam o direito à diferença, mas em que, ao mesmo tempo, sofrem das maleitas da homogenização, a qual, de forma aparentemente paradoxal, contradiz, na maioria das vezes, o princípio da igualdade.

Portugal tem recebido, nos últimos anos, um crescente número de estrangeiros em busca de trabalho e de melhores condições de vida, não só oriundos dos países lusófonos, mas também dos países do Leste da Europa, sobretudo da Ucrânia, da Moldávia e da Roménia.

As respostas de que estas populações precisam são, não só de tipo social e económico, mas também de tipo educativo. A escola tem o papel não apenas de acolher estas populações, mas também de dar voz às suas culturas de origem e de as integrar tendo em vista o *sucesso* (e não apenas o *acesso*).

Recentemente chegados, desinseridos socialmente e falando, nos seus lares e comunidades, a sua língua natal, os alunos filhos de imigrantes enfrentam o drama da incomunicabilidade. Para ultrapassar esta dificuldade, as escolas dispõem, quanto muito, de uma escassa hora semanal em que grupos de alunos de proveniências diversas, com níveis linguísticos também diversos, são entregues a um professor, o qual, sem qualquer formação específica para o fim em vista e sem saber a língua materna dos alunos, indispensável nos níveis inicial e elementar da aprendizagem de uma língua estrangeira, se esforça por colmatar uma lacuna que, pela sua natureza, é atentatória do respeito e da solidariedade que constituem, afinal, os fundamentos éticos da interculturalidade.

Portugal já possui uma legislação educativa impregnada de intencionalidade multicultural e já há bons projectos multiculturais em algumas escolas portuguesas, portanto existem condições para a implementação de novos projectos e medidas que tragam uma melhoria dos aspectos originados pelas recentes mudanças surgidas na estrutura do fenómeno da imigração (nomeadamente, o facto de a imigração já não ser exclusivamente lusófona), tais como: programas interculturais (e não apenas multiculturais) sistemáticos e contínuos, interacções positivas entre os diferentes grupos e admissão de pessoal (docentes, pessoal auxiliar, etc.) multiétnico e multirracial.

O papel mais importante cabe, a meu ver, aos professores que dão vida aos projectos interculturais, sobretudo à figura do Professor Assistente da Língua Materna do Aluno Estrangeiro. Tal como se viu, este deve ser um mediador linguístico e cultural capaz de ajudar os alunos não só a apreenderem o máximo da língua e da cultura da sociedade de acolhimento (e tal só é possível, a um nível óptimo, com um professor que saiba falar a língua do aluno), mas também a não abandonarem a sua língua e cultura de origem. Em suma, deve ajudar a construir o cidadão bilingue e intercultural, eficaz em cada uma das esferas em que opera, a do lar e a da escola, construindo uma ponte entre as culturas atravessadas por cada aluno.

IV. BIBLIOGRAFIA

Ficher, Glória, „*Quadro comum de referência e portfolio europeu de línguas*”

Pascoal, José, „*Elementos para a definição de uma política linguística do português-os exames de português como língua estrangeira*”

Ribeiro, Lucie Carrilho, „*A avaliação da aprendizagem no ensino do português como língua estrangeira*”

Pereira, Anabela, „*Educação multicultural - teorias e práticas*”, Edições ASA, 2004

António, João, „*Atitudes e valores perante a imigração*” - apresentação baseada nas Sondagens de 2002: Lages, M., Policarpo, V. (2003), „*Atitudes e valores perante a imigração*”, ACIME e nas Sondagens de 2004: „*Os Imigrantes e a População Portuguesa: imagens recíprocas*”, coordenação de Mário Lages

„*Alunos do Leste*”, Jornal „Público”, 17 de Janeiro de 2004 (artigo)

„*Uma Escola, Uma Sala de Aula Interculturais*”, Publicações ACIME, 2002

Sítios na internet:

<http://www.apagina.pt/> (Jornal „A Página da Educação”)

- „*O Português como segunda língua*”, Andreia Lobo, Março 2004
- „*Uma força que ninguém pode parar*”, Andreia Lobo, Abril 2005
- „*Interculturalidade*”, Américo Nunes Peres, Maio 2002
- „*Novas realidades sócio-escolares e o papel o professor/educador*”, Ricardo Vieira, Janeiro 2005
- „*A integração como direito e prática multicultural*”, Adalberto Dias Carvalho, Março 2005

<http://imigrantes.no.sapo.pt/IndexCursos01.html> - „*A Importância do Domínio da Língua*”, Carlos Fontes

<http://www.dren.min-edu.pt/novid/aiaesep2004.htm> - „*Acolhimento e Integração dos Alunos Estrangeiros no Sistema Educativo Português - Comemoração do Dia Europeu das Línguas em contexto multicultural*”